

## PREVIDÊNCIA

Lúdio sempre encampou batalhas contra as maldades da reforma da previdência de Mato Grosso.

Em dezembro de 2019, seguiu votação de projeto do governo para aumentar a contribuição previdenciária dos servidores da ativa de 11% para 14%. Além disso, o projeto taxava os aposentados e pensionistas em 14% nos seus ganhos até o teto do INSS.

Lúdio chegou a entrar na Justiça para impedir o andamento do projeto, porém, foi aprovado em janeiro de 2020, com início do novo desconto em junho de 2020.

Lúdio sabia que o projeto afetaria demais a renda de servidores aposentados, que muitas vezes são o único esteio de suas casas.

Em defesa desses servidores, entrou na Justiça para impedir o andamento do projeto enviado e também apresentou projeto de Lei Complementar para acabar com o desconto até o valor do teto do INSS.

Lúdio batalhou para que o governo concedesse isenção até o valor de dois tetos para aposentados com doenças graves. Mas foi voto vencido. Atendendo ao governador, a maioria dos deputados optou por apenas um teto.

Lúdio apresentou Projeto de Lei Complementar para incluir, nos casos de aposentadoria por invalidez a esquizofrenia e demais transtornos mentais e comportamentais que geram invalidez funcional, mesmo que não levem à alienação mental. Foi aprovado na Assembleia e vetado pelo governador.

Na luta por melhores condições de trabalho aos servidores e atendimento de qualidade à população, Lúdio fiscalizou hospitais regionais e cobrou melhorias ao governo.

Para amenizar o sofrimento dos servidores usuários do MT Saúde que precisam buscar atendimento médico na capital, Lúdio cobrou do governo o credenciamento de profissionais, hospitais e laboratórios nos municípios mais populosos.



Lúdio lutou contra mais uma maldade do governo contra os servidores, quando em março de 2020 o governo apresentou Projeto de Reforma Previdência que retiraria direitos dos servidores, aumentando o tempo de serviço e reduzindo o valor das aposentadorias.

Lúdio tentou adiar ao máximo a votação do projeto, que ocorreu em agosto, para ao menos, permitir mais debate.

Ele também apresentou emenda para acabar com confisco das aposentadorias e pensões e essa emenda foi rejeitada. Na sessão de votação ainda pediu destaque para discutir cada uma das emendas que tinham como objetivo assegurar os direitos dos servidores.



**Lúdio Cabral é médico sanitарista, servidor público, trabalhador do SUS há 26 anos e exerce o primeiro mandato de deputado estadual.**

**Em um mandato renovado e fortalecido, Lúdio seguirá na trincheira ao lado dos servidores públicos por respeito e valorização.**

# LÚDIO 13130

DEPUTADO ESTADUAL



Conheça todas as nossas lutas e propostas:  
[ludiocabral.com.br](http://ludiocabral.com.br)



@ludiocabral /LúdioMT  
@LudioMT t.me/ludiogram



Salve o Zap do Lúdio e mande um "oi" para receber as nossas notícias.

(65) 99651-3130



Depois de ler, não jogue este panfleto na rua. Guarde-o com você, ou se preferir, encaminhe para a reciclagem ou descarte-o adequadamente no lixo.



# JUNTO DE TODOS OS SERVIDORES EM TODAS AS LUTAS. SEMPRE.





## RGGA

Lúdio participou de todas as mobilizações dos servidores públicos em defesa dos seus direitos.

Na luta por condições de trabalho, pela correção das perdas inflacionárias, pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) e pelo fortalecimento das leis de carreira.

Lúdio sempre cobrou de todos os poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário que fosse garantido o pagamento da RGA aos servidores.

Todos os anos apresentou emendas às leis orçamentárias para assegurar o pagamento da RGA.

Na votação do orçamento para 2022, Lúdio propôs RGA de 11,08% para evitar que se acumulassem mais perdas inflacionárias na remuneração dos servidores.

Lúdio demonstrou por inúmeras vezes, em audiências públicas e convocações de secretários, que o Estado sempre teve recursos suficientes para corrigir perdas inflacionárias e pagar RGA a todos os servidores públicos.

## DIREITOS

Diante de muitas denúncias, Lúdio apresentou projeto para punir assédio moral no serviço público. Aprovado na AL, foi vetado pelo governador. Por fim, servidores saíram vitoriosos com veto derrubado. Agora é lei!

Lúdio esteve sempre ao lado dos servidores que tem filhos com deficiência na luta pela redução da carga horária em 50%.

Reagindo a contraproposta do governo de reduzir apenas 25%, Lúdio articulou emenda de redução da jornada para 20 horas semanais para servidores de todas as categorias e cargas horárias, que foi aprovada.

Depois do veto, Lúdio tensionou o governo para que fosse publicado o decreto que permite o teletrabalho para servidores com filho ou dependente com deficiência.

Atendendo a grupos mais vulneráveis de servidores, Lúdio propôs projeto para garantir prioridade de tramitação à pessoa vítima de violência doméstica ou familiar em processos administrativos. A mesma proposta, para idosos.

Forçou o governo a rever pontos do decreto que dificultava a licença-prêmio de servidores.

## RENÚNCIAS

Lúdio sempre combateu as renúncias fiscais aos gigantes da economia. E denunciou que quem paga a conta é o servidor e a população com taxas e altos impostos.

O governo não investe em serviços essenciais porque não quer. Em 2021 concedeu mais de R\$ 10 bilhões em renúncias fiscais e ainda fechou o ano com mais de R\$ 6 bilhões sobrando.

Em 2019, na votação da lei que deveria revisar as renúncias fiscais – mas acabou consolidando o padrão de injustiça – Lúdio apresentou mais de 30 emendas para taxar os gigantes da economia e reduzir impostos da população trabalhadora.

Lúdio não aceita que os gigantes da economia paguem tão pouco ICMS, enquanto servidores pagam apenas de IR retido na fonte, quatro vezes mais que os bilionários.

Lúdio propôs a revogação do Teto de Gastos e da Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, obstáculos que o governo criou e que impedem investimentos em serviços públicos e nos servidores.

## CONCURSOS

Lúdio lutou o mandato todo pela realização de concursos públicos, nomeação de aprovados e pelo resgate de direitos trabalhistas.

Desde o primeiro dia de mandato Lúdio cobrou sistematicamente a realização de concurso público para a saúde, o que não acontece há 20 anos. A população sofre com a falta de assistência.

Cobrou nomeações do concurso da Secitec para as escolas técnicas que venceu sem que o governo nomeasse todos os aprovados.

Requeru a nomeação dos técnicos de nível superior especializado no concurso da Sejudh para o sistema penitenciário.

Também esteve ao lado dos profissionais da Educação que formam o cadastro de reserva do concurso da Seduc realizado em 2017, na luta pela nomeação.

Lúdio também atuou para corrigir o seletivo distorcido e sem transparência lançado pela Secretaria de Saúde em 2021 e realizado em 2022.

Lúdio requereu que o concurso para a Segurança Pública não acontecesse no mesmo dia em que o Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para ampliar a participação de candidatos. O governador não acatou.

Lúdio lutou para corrigir os erros e maldades do seletivo que o Estado fez em 2021 para contratação de profissionais interinos na educação estadual.



## PANDEMIA

Lúdio esteve sempre alerta e atuou para garantir que a saúde dos servidores fosse resguardada durante a pandemia.

Ele apresentou projetos para revogar todos os decretos do governo que afrouxavam as medidas de proteção e isolamento.

Como médico sanitário, fez monitoramento diário da evolução da crise sanitária e fez diversas recomendações ao governo de ações de controle da covid-19 e para o avanço da imunização.



Lúdio recomendou a adoção de trabalho remoto a todos no período mais crítico, em que os casos de morte se elevavam no Estado.

Lúdio apresentou também projeto de lei para obrigar o governo a distribuir máscaras PFF2 aos servidores, mas o governo vetou.

Lúdio denunciou o afrouxamento de medidas de biossegurança, no momento em que o governo obrigava os servidores a trabalharem aglomerados, sem condições sanitárias básicas.

Por questionamento de Lúdio, o governo teve que rever imposições para o teletrabalho do grupo de risco. O governador queria que esses servidores trabalhassem 20% a mais que os colegas do presencial.

Lúdio conseguiu impedir que o governo mudasse o plantão da Politec para o regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, e conseguiu garantir que os servidores mantivessem o regime de plantão atual, de 24 x 72 horas.

Lúdio propôs emendas e lutou para que cargos de papiloscopista, médico legista e odontologista não fossem extintos.

Na luta por melhores condições de trabalho aos servidores e atendimento de qualidade à população, Lúdio fiscalizou hospitais regionais e cobrou melhorias ao governo.

Para amenizar o sofrimento dos servidores usuários do MT Saúde que precisam buscar atendimento médico na capital, Lúdio cobrou do governo o credenciamento de profissionais, hospitais e laboratórios nos municípios mais populosos.